



Eixo 1: Estado, Capital e Políticas Públicas no Campo

AS CONTRIBUIÇÕES DOS CLÁSSICOS PARA A DISCUSSÃO SOBRE O CAMPEPINATO

Adriano de Oliveira Lima
geografia_adriano@yahoo.com.br

Antonia Sandra Honoria de Sousa
antoniasandrahonoria@gmail.com/UFC

Izabela Cristina Gomes da Silva
izabela.cristinagomes@gmail.com
Instituição dos autores: PPGGeografia/UFC

RESUMO

O presente artigo busca apresentar as principais ideias dos autores clássicos, como Alexander Chayanov, Teodor Shanin, Karl Kautsky e Vladimir Lênin, sobre o campesinato num contexto onde a produção capitalista, em ascensão na Europa, era introduzida no campo, implicando em profundas mudanças na estrutura organizacional do homem do campo. Neste sentido, buscou-se localizar estas diferentes ideias e compreensões, considerando-se que têm constituído como importantes referenciais sob os quais as políticas públicas e as novas construções teóricas têm se baseado.

Palavras-Chave: Campesinato, autores clássicos, campo.

INTRODUÇÃO

Neste artigo objetivamos fazer uma reflexão teórica sobre os clássicos Alexander Chayanov (1924, 1974), Teodor Shanin (1983), Karl Kautsky (1980) e Vladimir Lênin (1961, 1982) devido a influência dos referidos autores na discussão sobre o campesinato contemporâneo. A partir da disciplina Território, Campesinato e Relações de Poder, ministrada pela professora Dra. Alexandra Maria de Oliveira no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, no ano de 2017.

Utilizamos uma metodologia de base qualitativa, com leitura e discussão do referencial bibliográfico. Então objetivamos identificar as visões dos mencionados autores sobre os camponeses, frente o avanço do capital no campo.

Portanto, ressalta-se que, neste exercício, buscou-se explicitar diferentes posições teóricas que têm como elemento comum a questão do campesinato, seja ele visto como modo de produção, classe social ou como sujeitos subordinados ao capital, considerando-se o contexto histórico e sócio espacial pelos quais os referidos autores se debruçaram.

CONTRIBUIÇÕES DE KAUTSKY: A PEQUENA EXPLORAÇÃO CAMPONESA FRENTE À GRANDE EXPLORAÇÃO CAPITALISTA.

Em sua obra “A Questão Agrária”, Kautsky vai defender a coexistência das unidades camponesas frente à expansão das unidades de exploração capitalista na Europa. Os camponeses vão buscando a sua permanência, entretanto, não constituem uma classe revolucionária que, de acordo com o autor, seria a classe proletária (proletários x burguesia). Portanto, o autor argumenta um distanciamento entre a situação dos camponeses inseridos nesse contexto europeu e o modelo clássico de campesinato.

Neste sentido, o autor apresenta argumentos sobre a superioridade técnica da grande exploração, pois “Quanto mais o capitalismo progride na agricultura, tanto mais acentua ele a diferença qualitativa entre a técnica da grande e da pequena exploração” (KAUTSKY, 1980, p.108).

O autor destaca a dificuldade de acesso a certos tipos de equipamentos/instrumentos pelos camponeses. “Há, com efeito, toda uma série de ferramentas, e principalmente de máquinas, que só podem ser empregadas com vantagens na grande exploração. O camponês não pode tirar delas todo o proveito possível” (KAUTSKY, 1980, p.110).

Assim destaca que apenas a grande exploração permite a especialização e a adaptação de ferramentas e instrumentos na lógica da produção moderna e aponta as vantagens da grande exploração (comparada à exploração camponesa), no que se refere ao transporte, ao crédito e ao comércio. Quanto à relação entre trabalho e consumo na exploração camponesa, Kautsky ressalta a exploração da família (inclusive das crianças, mulheres e idosos).

Mas o camponês não se condena individualmente apenas a este trabalho forçado. Condena também a sua família. Na agricultura, lar e lavoura estão intimamente fundidos. Por conseguinte, as forças de trabalho menos

resistentes, as crianças estão sempre sujeitas à exploração (KAUTSKY, 1980, p.123).

Quanto ao consumo, o autor apresenta diversos exemplos (a partir de relatórios publicados) de privações e das péssimas condições de moradia, alimentação e o excesso de trabalho pelo qual os camponeses estão condenados na sua pequena exploração. “O trabalhador assalariado já se sente um homem, mesmo no campo. Não é uma simples besta de carga. Tem necessidades mais altas que um pequeno camponês. Adquire até instrução mais elevada!” (KAUTSKY, 1980, p.129).

Como um dos desdobramentos, destaca o trabalho acessório, cuja realização se dá pelo fato da pequena exploração camponesa não conseguir nutrir o seu dono, que se vê obrigado a apelar para novas formas de trabalho. Além disso, destaca a importância das cooperativas que, na leitura do autor, constitui uma possibilidade para os camponeses, mesmo diante das dificuldades de organização, mas com a vantagem de eliminação da figura do intermediário. “Em parte alguma as condições prévias da organização cooperativa se acham menos desenvolvidas do que entre os camponeses” (KAUTSKY, 1980, p.133).

Além das relações com o mercado, da posse de recursos financeiros e condições técnicas, destaca a necessidade de operários ou “braços” na constituição da grande exploração. Neste processo, o autor argumenta sobre a coexistência da grande e da pequena exploração: “De tudo isso resulta que não devemos pensar esteja a pequena propriedade territorial em vias de desaparecer, na sociedade moderna ou que possa ser inteiramente substituída pela grande propriedade” (KAUTSKY, 1980, p.182). E destaca a necessidade da permanência da pequena propriedade camponesa como forma de suprir operários para a grande empresa. “A mercadoria que tem em abundância, ao contrário, é esse meio de produção de que a grande exploração tanto precisa: ‘os braços operários’” (KAUTSKY, 1980, p.182).

Portanto, a trajetória apontada pelo autor leva para a proletarização dos camponeses. Sobre o trabalho acessório realizado pelos camponeses (muitas vezes nos períodos em que os camponeses e os filhos mais velhos mais precisariam investir tempo nas atividades de suas prioridades. Ex, na colheita),

O pequeno camponês arranja tempo necessário para realizá-lo, pois a exploração de sua terra só lhe reclama os cuidados em determinadas épocas. Ele enfrenta as suas necessidades de dinheiro vendendo não o excesso dos seus produtos, mas o seu excesso de tempo (KAUTSKY, 1980, p.183).

E assim, destaca diversas ocupações acessórias do camponês, formas que não se excluem, mas podem existir simultaneamente, e freqüentemente coexistem: Trabalho agrícola assalariado (principal forma de trabalho acessório devido ao alcance); A indústria a domicílio, na qual o camponês produz determinada mercadoria e aparece a figura do intermediário e a possibilidade dos capitalistas explorarem, no próprio domicílio, inclusive fornecendo matéria prima; Trabalho nas grandes indústrias que, buscando obter maiores lucros se instalam no interior (matéria prima acessível, mercado consumidor, operários em abundância e sem muita força em termos de organização e participação).

Assim, por um lado o autor argumenta a reprodução da pequena exploração, mas ressalta as transformações à medida que o capitalismo avança no campo, engendrando mudanças nas formas de existência dos camponeses.

LÊNIN E O CAMPO RUSSO: A PARTIR DA INTRODUÇÃO DO CAPITALISMO.

A produção capitalista no território russo provocou mudanças, principalmente nas relações decorrentes do campo, tendo em vista a economia mercantil. Segundo Lenin, “[...] uma parte cada vez maior da população se afasta da agricultura, ou seja, que a população industrial cresce às expensas da população agrícola” (LÊNIN, 1982, p.15).

De tal modo, a agricultura tende a tomar um caráter industrial na medida em que passa a produzir e a especializar sua produção, Lenin (1982, p.32) também relata que “a população industrial (vale dizer, não agrícola) cresce mais rapidamente que a população agrícola, com o crescente deslocamento de massas de agricultura para a indústria de transformação”.

Tendo em vista essas mudanças, a partir da produção capitalista, compõe um novo modelo: de um lado proprietários dos meios de produção e de outro, trabalhadores assalariados que comercializam sua força de trabalho. Ocorrem então, processos de decomposição dos pequenos agricultores agrícolas, fortalecendo o mercado da produção capitalista. Assim,

O sistema de relações econômicas e sócias entre o campesinato (agrícola e comunitário) mostra a existência de todas as contradições próprias de qualquer economia mercantil e de qualquer capitalismo: a concorrência, a luta pela independência econômica, o açambarcamento da terra (comprada ou

arrendada), a concentração da produção por uma minoria, a proletarização da maioria e a sua espoliação pela minoria que detém o capital comercial e emprega operários agrícolas. (LÊNIN, p.113).

Portanto a passagem da economia camponesa para a latifundiária passa por algumas modificações como a passagem da agricultura baseada na Corvéia para o sistema capitalista como Lênin retrata que “é preciso assinalar que, às vezes, o sistema de pagamento em trabalho se transforma em sistema capitalista, confundindo-se com ele a tal ponto que se torna quase impossível separá-los e distingui-los” (LÊNIN, p.120). E que muito embora o camponês adquirindo a terra em plena propriedade o grande latifúndio continua detendo uma parte muito importante dos camponeses. Assim, apesar de ter a terra, os mesmos não têm acesso a todos os subsídios necessários para a produção e disputa com a grande cultura dos proprietários latifundiários.

Evidencia-se a partir da análise de Lênin (1982) que o campesinato irá se desintegrar com enorme rapidez, devido a inúmeros fatores como: a introdução do capitalismo no campo, o processo de migração e as transformações das relações de trabalho na divisão de grupos opostos.

CONTRIBUIÇÕES DE ALEXANDER CHAYANOV: A ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE ECONÔMICA CAMPONESA

Alexandre Chayanov (1974) discute as formas e estratégias pelas quais as famílias camponesas buscam para a garantia do equilíbrio interno nas suas unidades de produção e de vida. Neste sentido, destaca a influência da família camponesa no desenvolvimento da atividade econômica, colocando em questão que apenas o tamanho da família não explica a sua relação com o volume das atividades econômicas camponesas, propondo que se considere a relação entre trabalho e consumo e sem perder de vista os fatores como extensão da terra, disponibilidade dos meios de produção, fertilidade natural, etc. Mas, segundo o autor, o que tem maior centralidade é a mão de obra como elemento de qualquer processo produtivo e, no caso da unidade camponesa, chama atenção que a unidade econômica familiar, em geral, não precisa recorrer à contratação de força de trabalho.

Propõe que no futuro, a definição de família que interessa será a econômica e não a biológica. Portanto, a ênfase na questão da composição familiar tendo em vista a relação entre trabalho/força de trabalho e o consumo/necessidades de consumo (e não

apenas a composição quantitativa dos membros familiares). Em seu argumento sobre esta relação, destaca que até os 15 anos de existência da família nota-se que o número de trabalhadores é estável, pois os mesmos se constituem como consumidores. Enquanto isso, o número de consumidores vai aumentando (à medida que os filhos vão nascendo e crescendo). Portanto, aumenta a proporção de consumidores em relação aos trabalhadores. Trata-se de um processo contínuo, pois novas famílias vão surgindo. Quando os pais tornam-se incapazes de trabalhar ou quando a família se fratura em duas ou mais famílias, interfere na relação entre trabalhadores e consumidores.

Além do número de trabalhadores e da família, propõe que se considere, ao estudar a natureza da unidade econômica camponesa: Até que ponto são úteis estes trabalhadores; Que parte do tempo de trabalho se utiliza realmente; Qual a intensidade de seu trabalho ou grau de auto-exploração e quais os meios técnicos é realizada a produção.

Portanto, destaca que, nas unidades camponesas, o volume das atividades camponesas depende do número de consumidores da família (e não do número de trabalhadores). Neste sentido, defende que o objetivo da produção camponesa é orientado no auto-consumo da família.

Alexander Chayanov analisa a composição familiar camponesa a partir da unidade familiar de exploração que leva em conta: a terra, a força de trabalho e o capital empregado e ressalta que “Em um sistema de combinações é necessário comparar a influência do tamanho da família (número de empregados) a disponibilidade de capital fixo (planta, o gado e o equipamento) com o volume da atividade econômica”. (CHAYANOV, 1974, p.102). Assim esses elementos se fazem necessários para o desenvolvimento da autossuficiência do núcleo familiar camponês.

Neste contexto não só as áreas plantadas seriam a fonte de economia familiar. Outras atividades nascem na busca de desenvolvimento da unidade como: atividades artesanais e comércio livre, assim gerando mais lucro bruto convertendo-se em melhorias para família agrícola.

Por último, dentro da lógica do desenvolvimento da família agrícola, tende-se por discutir sobre o papel do capital empregado na produção. Com base no investimento de capital tem-se a instalação de novos meios de cultivo, ocorrendo assim um melhor aproveitamento da terra gerado e renovando esse capital investido.

Portanto, o fortalecimento da organização de exploração familiar se faz primordial para a garantia da sobrevivência dos camponeses, levando em conta, segundo o autor, três pilares: terra, força de trabalho e capital em pregado.

Chayanov (1974) afirma que o camponês é aquele que mora no campo e trabalha diretamente no campo. Tem como prioridade a produção para a sua alimentação através da policultura, que é baseada em relações de trabalho entre os integrantes da família. "O camponês aumenta sua produtividade por seu compromisso ético e por seu zelo em relação ao espaço e aos recursos naturais de onde tira sua sobrevivência garantindo satisfação familiar" (CHAYANOV, 1974, p. 360).

Segundo o autor, no estilo de vida camponês a produção aumenta de acordo com as necessidades da família e não de acordo com as necessidades e demandas do mercado. Além disso, o campesinato tem a liberdade de estabelecer seus horários de trabalho e escolher a forma de trabalhar, o que caracteriza a flexibilidade dentro da unidade produtiva camponesa. Porém quando muitos camponeses precisam trabalhar em outras terras, como alternativa para complementar sua renda, tal flexibilidade encontra-se limitada.

Numa exploração com base no trabalho familiar, a família, equipada de meios de produção, utiliza a sua força de trabalho para cultivar o solo, obtendo, como resultado do trabalho de um ano, certa quantidade de bens. Uma olhada apenas para a estrutura interna desta exploração bastaria para nos fazer perceber que, na ausência da categoria do salário, é impossível situar nesta estrutura o lucro líquido, a renda e o juro do capital, considerados como verdadeiras categorias econômicas no sentido capitalista do termo. Posto que o fenômeno social do salário não existe, também não existe o fenômeno social do lucro líquido. (CHAYANOV, 1974, p. 482).

Segundo a sua visão de camponês, Chayanov, menciona que o campesinato não gera renda¹ *per capita*, nem obtém lucro após a comercialização da sua produção. Esse fato se dá porque a renda familiar *per capita* é a soma dos salários brutos do mês de todos aqueles que compõem a família, dividida pelo número de seus integrantes. E lucro líquido que é o excedente das vendas de determinado período, subtraído por todos os custos de produção que foram empregados. Portanto, como a produção camponesa não é baseada na acumulação de capital, não gera lucro líquido.

Todavia, como a renda familiar *per capita* é a soma dos salários de cada componente da família dentro da unidade de produção camponesa não haverá geração

¹ O autor pontua a geração de renda que está vinculada aos salários e não a renda fundiária. Para mais informações sobre ver: MARX, K. O capital: crítica da economia política, 1980.

de renda familiar per capita, já que não existem relações salariais entre a família. Assim é demonstrado, que a lógica de cálculo do sistema capitalista de produção não serve para compreendermos a dinâmica da unidade camponesa.

No modo de vida camponês, a família obtém os meios de produção enquanto que no modelo capitalista industrial, estes são propriedade de uma única pessoa ou de grupos político-econômicos, gerando assim a proletarização no campo. Quando há uma homogeneização da distribuição desses meios, o camponês torna-se um assalariado, gerador de mais-valia².

Contudo a partir do movimento contraditório e combinado do desenvolvimento capitalista sobre o campo, os camponeses coexistem com o modelo de produção agroindustrial. Assim os preços da terra (baseados no tamanho e qualidade), a formação do mercado de produtos agrícolas e a circulação de mercadorias (local, nacional, internacional) interferem no modo de produção camponês, seja positivamente ou não.

CONTRIBUIÇÕES DE TEODOR SHANIN E O CAMPESINATO COMO CLASSE SOCIAL

Um dos grandes aportes que Shanin (1983) traz para o entendimento do campesinato é identificá-lo como classe social. Essa alusão está correlacionada com a coesão camponesa referente à sua organização sociocultural (valores, moral) e econômica (produção, consumo, divisão social do trabalho).

Una unidad doméstica campesina rusa estaba compuesta, en la mayoría de los casos, por familiares consanguíneos de dos o tres generaciones. Sin embargo, la condición básica para convertirse en miembro de la misma no era el vínculo de sangre, sino la participación total en la vida de ésta. Esta unidad implicaba vida en común bajo la autoridad de una cabeza patriarcal, organización social y división del trabajo dentro de las líneas de conducta tradicionales de la familia y la identificación básica del miembro con la unidad doméstica. (SHANIN, 1983, p. 55).

Segundo Shanin (1983) o ser camponês é composto também pela questão imaterial com a terra. Isso significa a identidade que cada comunidade mantém com o

² O conceito foi desenvolvido por Karl Marx (1818-1883). Marx considerava que a mais-valia é o valor que o trabalhador assalariado cria acima do valor da sua força de trabalho, pois dentro do sistema capitalista o homem é o único capaz de produzir valor excedente. Este, que se pode definir como sendo o trabalho não pago ao funcionário, é apropriado pelo capitalista. A mais-valia é portanto a base da acumulação capitalista. Fonte: MARX, K. O capital: crítica da economia política, 1980.

seu território dentro da relação sociedade-natureza. Outro ponto simbólico é o patriarcalismo, que se configura como parte cultural desse campesinato clássico, pois o chefe da família é um homem casado.

O trabalho é dividido da maneira que as mulheres ficam encarregadas da casa e dos quintais, além de eventualmente ajudarem seus maridos no lote maior. Cabe ressaltar que segundo o autor os homens exercem um papel político decisivo na configuração das unidades produtivas camponesas, destacando certa autarquia da economia camponesa.

A força de trabalho e a unidade de produção se mantêm essencialmente de base familiar, com a cooperação camponesa entre os demais integrantes da comunidade. Quando a família camponesa não completa a necessidade de trabalho demandada pela unidade produtiva, ela pode ser suprida pela ajuda mútua entre o campesinato. Essa prática aparece no seio da produção camponesa sob várias formas. A mais comum é o mutirão, o qual acontece quando os camponeses se organizam em grupos para auxiliar algum deles que se encontram com dificuldades financeiras ou de saúde.

Todavia os processos de ajuda mútua podem surgir também como troca de dias de trabalho entre os camponeses, quando uma família trabalha na terra de outra para que no dia seguinte esta família receba a ajuda de quem ajudou; E como a parceria, esta permite aos camponeses com pouca terra reproduzirem-se enquanto classe pela inserção dos filhos na produção como parceiros. Essas são estratégias do modo de vida camponês para acentuar a sua autonomia perante o modelo agroindustrial capitalista hegemônico.

Outra relevante contribuição que Shanin (1983) nos traz é o olhar sobre a heterogeneidade camponesa. Pontuando que para compreender esta classe precisamos averiguar suas regularidades, assim como as peculiaridades existentes no espaço-tempo.

Lo que permaneció igual, o al menos sin cambio apreciable, fue el sistema tradicional de unidades domésticas campesinas y comunas, los modelos típicos de diferenciación campesina y las características peculiares de su dinámica, todo lo cual se traducía en una continuidad de la movilidad multidireccional y cíclica. (SHANIN, 1983, p. 224).

Assim, segundo o autor, as mudanças substantivas (fusão, partição, emigração e extinção), fazem parte do modo de vida camponês. A fusão e a partição das unidades produtivas se dão pelos casamentos e/ou acordos entre famílias camponesas, legitimados pelo direito consuetudinário do campesinato. Já a emigração dos sujeitos

sociais e a extinção das unidades ocorrem devido aos conflitos internos e externos (busca por melhores condições de vida, desemprego, disseminação dos ideais urbanos, questão de gênero, disputa de poder).

Teodor Shanin ao se debruçar sobre a mobilidade cíclica que envolve o campesinato destaca a multiplicidade relacional como forma de compreender esta classe. Contudo, todo camponês possui um conjunto de práticas coerentes com a sua realidade e necessidades essenciais, que são compatíveis com os objetivos familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura dos clássicos traz a importância e contemporaneidade dos sujeitos sociais do campo nas sociedades "em desenvolvimento". Partindo de uma releitura e reconfiguração espaço-temporal percebemos as influências de Chayanov, Shanin, Kautsky, Lênin, autores como Ariovaldo Umbelino de Oliveira, José Graziano da Silva, entre outros.

O olhar para a coexistência das mais diversas formas entre campesinato e modo de produção capitalista, assim como para a heterogeneidade camponesa são grandes contribuições que os autores clássicos utilizados trazem para a compreendermos essa classe e modo de vida na atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

KAUTSKY, KARL. **A questão agrária**. 6 Ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1980.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1999.

SHANIN, T. **La clase incómoda: Sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo - Rusia (1910-1925)**. Madrid: Alianza Editorial, 1983.